

Aspectos do problema do pregador na prédica

Baldur van Kaick

Preleção inaugural pronunciada em 28 de maio de 1975 na Faculdade de Teologia da IECLB

No passado foram considerados na homilética dois determinantes da prédica, a saber: o texto e a situação. Nos últimos anos o interesse tem se voltado para um terceiro determinante que é o próprio pregador. Otto Haendler, um dos primeiros que escreveu uma homilética voltada para a pessoa do pregador, ponderou: "Poder-se-ia imaginar um desenvolvimento da homilética em que fosse constatado: Se alguém está por toda uma vida dominicalmente no púlpito e anuncia a coisa mais importante do mundo; se alguém domingo após domingo prega o Evangelho com a sua boca, com palavras de seu linguajar, com auxílio de sua experiência e de seu conhecimento, então a sua pessoa, em vista do assunto, é tão importante que precisamos dedicar-lhe a maior atenção" (1). A homilética de Haendler foi criticada. Os seus críticos levaram a mal que Haendler estava ligado à psicologia de Jung (2) e desconfiaram do que foi convencionado chamar a 'tendência psicologizante' de sua homilética (3). Não obstante, a homilética de Haendler surgiu em segunda e terceira edição.

Hoje surgem aos poucos artigos em revistas teológicas, que não tratam mais do papel do texto ou da situação, mas do papel do próprio pregador dentro do fenômeno de comunicação que é a prédica. O pregador, aquele que anuncia a verdade de um texto do passado para o presente, se tornou objeto de estudos (4).

Em minha preleção eu quero mostrar na primeira parte, como os pregadores e a teologia têm compreendido até aqui o papel do pregador na prédica. Na segunda parte quero apontar para fatores pessoais e sociais que condicionam o pregador e que através dele determinam a prédica. Na última parte quero oferecer alguns sub-

(1) Otto Haendler, *Die Predigt* (Berlin, 2. Aufl. 1949), pág. 17.

(2) Acentuado ultimamente também por Rudolf Bohren, "Notizen zum Problem des Predigers", em: *Verkündigung und Forschung*, 1967/1, pág. 28.

(3) Confirma o próprio Haendler no prefácio da 2.ª edição de seu livro, o. c., pág. IX. Bem ponderado R. Bohren, o. c., pág. 28.

(4) Confirma o artigo de R. Bohren, o. c., págs. 26-34. Também Hans-Christoph Piper, "Die Predigtanalyse in der klinischen Seelsorgeausbildung", em: *Wege zum Menschen* (Göttingen, 1973), págs. 355-365.

sídios que poderão ser considerados na confecção de uma prédica, para que seja evitado que o Evangelho seja deturpado através de fatores pessoais.

I

A prédica do presente não revela expressamente como o pregador encara a sua função ao pregar. Mas cada prédica deixa transparecer como o pregador entende o seu papel. Vejamos a prédica que introduz o ouvinte na mensagem da reconciliação. O pregador aponta para a crucificação e ressurreição de Jesus. O acontecimento é relatado e a sua importância é afirmada. Tudo pode ser transmitido de uma maneira tal que o ouvinte se alegre e louve a Deus. O pregador anuncia um acontecimento concluído. A concepção de pregador que está atrás deste tipo de prédica é a seguinte: O pregador é um mensageiro, um arauto que proclama um acontecimento concluído do qual é afirmado que é decisivo para a vida presente dos homens.

Hoje deparamos mais e mais com uma prédica que acentua um outro aspecto do Evangelho. No presente os pregadores não se contentam mais em apontar para um acontecimento concluído. Eles procuram anunciar uma mensagem que vá além da proclamação de fatos consumados. Eles querem pregar assim que as suas prédicas ensinem e nutram a esperança. Esta mudança de ênfase é uma consequência da descoberta da dimensão da esperança na teologia, ela é motivada, porém, a meu ver, pela descoberta compacta da fome e da injustiça no mundo. O sofrimento de outros, a opressão, a resignação entre os homens levam alguns pregadores a clamar por uma ação de Deus que seja mais do que um acontecimento, cuja verdade ainda não é verificável no mundo. Eles anseiam por uma intervenção de Deus, que signifique a redenção. E eles encontram a resposta para esses anseios nas partes das Sagradas Escrituras que anunciam a paz, a segunda epifania, o Reino de Deus, — que falam da escatologia. Esta visão de um novo mundo, que no povo de Israel e na comunidade cristã primitiva nasceu em meio a sofrimentos e opressão, e que possibilitou aos que sofriam a esperança, é verbalizada no presente com novo vigor.

Também nesta prédica, com a sua ênfase bem característica, o pregador desempenha o papel de mensageiro que proclama um acontecimento decisivo para a vida da humanidade. Mas aqui ele aponta para uma intervenção vindoura de Deus. O pregador exerce aqui a função de anunciador de acontecimento futuros (5).

-
- (5) Eu quero ao menos mencionar uma dúvida que me surge neste contexto. Eu pergunto se esta mudança de ênfase na mensagem não é uma fuga que os pregadores empreendem quando defrontados com a fome e a injustiça no mundo. Não deveriam chamar para a ação? Aqui eu posso dizer o seguinte: O Evangelho em sua forma de promessa também quer dar esperança. Sem esperança nenhum homem pode viver e, a longo prazo, agir. Também a convocação para a ação sem transmissão de esperança não tem sentido! Teologicamente o despertar de esperança é legítimo; do ponto de vista psicológico — tendo em vista a ação — é necessário. Por isso a legitimação da mudança de ênfase.

A análise de prédicas da atualidade revela qual é a atuação do pregador no presente e como ele compreende o seu papel ao pregar: O pregador se refere na prédica a uma ação de Deus que está concluída, que ele atualiza para o presente, ou a uma intervenção de Deus que é esperada no futuro, que ele já vê antecipada em fragmentos. Em ambos os casos ele se compreende como um arauto, como um proclamador que está a serviço do seu Senhor e unicamente daquilo que o seu Senhor já fez ou ainda fará.

Um rápido olhar para a literatura teológica que se preocupa com o papel do pregador na prédica revela que a nossa análise é correta. Quase todos os autores distinguem entre três aspectos do papel do pregador na prédica: 1. A verdade que o pregador anuncia não é subjetiva. Ele não diz o que pensa, o que pressente, mas o que lhe foi comunicado. Hans Urner escreve: "Ele tem que dizer o que escuta, não o que pensa, não o que experimentou" (6). Jürgen Moltmann, que analisa o termo 'testemunha' no Novo Testamento, conclui: "O termo 'testemunha' é no Novo Testamento um termo jurídico. O termo não tem nada a ver com confissões sentimentais de uma bela alma" (7). Toda a influência pessoal sobre o conteúdo a ser anunciado está excluída. Não há lugar para opiniões próprias. Não há lugar para subjetividade no anúncio a ser divulgado. A verdade a ser anunciada é transsubjetiva. 2. O pregador não age em caráter particular, mas desempenha uma função pública. A sua atividade tem caráter oficial. Nisto reside a sua autoridade (8). 3. O pregador anuncia um fato. Karl Barth expõe em sua *Dogmática: Pregação* é "proclamação de Jesus como o Senhor, é comunicação de um fato..." (9) E Rudolf Bohren ensina em sua *Predigtlehre*: "Um pregador tem que arriscar anunciar a Jesus, a quem não vê, como aquele que virá" (10).

II

Se é verdade que o pregador é mensageiro de uma verdade transsubjetiva, então também é uma realidade que ele não deixa de ser **pessoa humana**. E é percebendo o que ele está incumbido de ser e o que na realidade é, que se reconhece o problema do pregador na prédica. A leitura de prédicas da atualidade demonstrá que, mesmo querendo ser somente proclamador de uma mensagem ouvida, o pregador está bem presente na prédica. Se partirmos de um diagrama de Maletzke, que se interessa pelos determinantes do comunicador dentro do processo da comunicação, verificamos que o pregador como comunicador necessita ser visto sob cinco aspectos (11): 1. Ele tem uma auto-imagem. 2. Ele tem uma estrutura de personalidade específica. 3. Ele faz parte de uma equipe ou ins-

(6) Hans Urner, *Gottes Wort und unsere Predigt* (Göttingen, 1961), pág. 95.

(7) Jürgen Moltmann, *Der gekreuzigte Gott* (München, 1972), pág. 79, nota 3.

(8) Confira em Manfred Josuttis, *Praxis des Evangeliums zwischen Politik und Religion* (München, 1974), pág. 45.

(9) Karl Barth, *Kirchliche Dogmatik*, IV/2 (Zürich, 2. Aufl. 1964), pág. 231.

(10) Rudolf Bohren, *Predigtlehre* (München, 1971), pág. 130.

(11) Gerhard Maletzke, *Psychologie der Massenkommunikation* (Hamburg, 1963), pág. 41.

tuição. 4. Ele vive em outras relações sociais. 5. Ele sofre pressão por parte da opinião pública. E isto tem influência sobre o que comunica.

Eu quero apontar para três fenômenos onde na prédica atual se registram influências da pessoa do pregador sobre o conteúdo ou a forma da prédica. Eu princípio analisando a tendência que se verifica na atualidade em prédicas que seguem dois passos, a saber, que vão do indicativo para o imperativo. Essas prédicas pertencem à boa tradição da prédica evangélica. Na **primeira** parte dessas prédicas é desenvolvido o que Deus fez pelo homem, na **segunda** parte imperativa ou parenética o ouvinte é convidado a aceitar o amor de Deus que lhe foi presenteado e a viver na vida nova que lhe foi dada. Já exteriormente se observa, por exemplo, em uma prédica de Karl Barth que segue estes dois passos, que a segunda parte é mais curta que a primeira: o chamado para aceitar o perdão, para viver no amor de Deus não é levado mais a sério do que o próprio ato de presentear. A primeira parte longa lembra que não é o homem a instância decisiva no recebimento da graça; a segunda parte curta conscientiza que a distribuição da graça não é automática: o homem é convidado a aceitá-la.

Assim o modelo clássico dessa prédica em dois passos. Hoje verificamos que esse modelo de prédica passa por um processo de transformação. Os pregadores se interessam mais pelas conseqüências da fé na vida diária — e a primeira parte longa é encurtada e a segunda parte curta se dilata. Quais os motivos que estão atrás desta mudança de ênfase? Existem tempos de engajamento, em que os engajados necessitam de consolo e fortificação através da prédica, para poder suportar as conseqüências do seu engajamento, e existem tempos em que todo o consolo representaria um sancionamento da situação de estagnação, e se faz por isso necessário o convite para a ação. Partindo da pressuposição de que estamos hoje vivendo em tempos de estagnação, poderia ser hoje legítimo convocar na prédica principalmente para a ação. Estaria assim legitimada a mudança de ênfase do primeiro para o segundo passo na prédica que segue do indicativo para o imperativo.

Há, porém, mais um aspecto que merece ser observado aqui. Podemos verificar que as conseqüências da fé, desenvolvidas na segunda parte da prédica, ganham em muitas prédicas o caráter bem nítido de exigências, e não mais baseadas no indicativo. Isto é, a ação não é compreendida mais como conseqüência e possibilidade aberta pelo Evangelho, mas como exigência moral, para a qual os ouvintes só necessitam ser convocados com a devida pressão. E o Evangelho por seu lado não presenteia mais os ouvintes, mas passa a assumir a função de ideologia que fundamenta a exigência de ação. Estamos diante de um fenômeno que podemos denominar de **legalismo**. Hans-Christoph Piper, partindo do fenômeno do legalismo verificado por Manfred Josuttis em cerca de 1.000 prédicas alemãs analisadas (12), fez a pergunta se o legalismo na

(12) Manfred Josuttis, *Gesetzlichkeit in der Predigt der Gegenwart* (München, 1969).

prédica atual não é uma consequência do legalismo do próprio pregador. Partindo de observações feitas em cursos de clínica pastoral, Piper constatou que o legalismo é uma das principais características dos participantes dos cursos. O legalismo se expressa no grupo na não-aceitação do colega do grupo e em constantes tentativas de moralizar, doutrinar e ideologizar (13).

Se a observação de Piper é certa, então isto significa que a ênfase na exigência da ação nas prédicas atuais não é simplesmente uma consequência da conscientização do pregador do que deva ser hoje a palavra de Deus para os ouvintes, mas uma consequência da estrutura legalista da personalidade do próprio pregador. A prova está na não-verbalização da aceitação do ouvinte por parte de Deus na prédica e na tentativa constante de, partindo do Evangelho, usado como ideologia, moralizar, exigir, impor algo. Estaríamos aqui então diante de um caso onde a **pessoa do pregador**, que quer ser só mensageiro imparcial do Evangelho, inconscientemente determina e deturpa o Evangelho. Do ponto de vista teológico eu não vejo problemas: a convocação para a ação tem a sua legitimação no Evangelho. E o Evangelho não só convoca, mas também habilita para a ação. No nome 'Deus' está fundamentada e concentrada, porém, tanto a convocação para a ação, para a qual ele habilita, como a aceitação do homem sem ação, pois no nome 'Deus' é diferenciado entre o homem e sua ação. Para a prédica isto significa que no nome 'Deus' o pregador também vai simplesmente **presentear** com o amor e perdão de Deus. Se Deus tudo fez e tudo complementará, então o homem de hoje, através da prédica, também será convidado uma vez a descansar de sua ação. Onde o pregador não se dá mais a liberdade de anunciar esta dimensão do Evangelho é provável que em nome do legalismo está sendo senhor sobre o Evangelho. A incumbência de anunciar a verdade do Evangelho e a realidade do legalismo marcam um dos aspectos do problema do pregador na prédica.

Uma das tarefas do pregador no preparo da prédica consiste em definir a situação dos ouvintes. Como o pregador nas prédicas atuais vê o endereçado de sua prédica? Com esta pergunta eu passo para a análise de um outro lado do mesmo problema. Eu cito, para ilustrar como o ouvinte é visto em prédicas atuais, exemplos extraídos de prédicas: "Se nós quiséssemos ver Deus, também contaríamos com ele". "Se déssemos atenção à sua palavra, confiaríamos nele." Ou o final da introdução de uma prédica de Natal, em que após a análise da 'tragédia' da festa o pregador exclama: "E assim se aproxima o Natal, a noite silenciosa. . . Quem nos sussurra a mentira mais bonita e sentimental nos ouvidos." O uso de "se quiséssemos" e "se déssemos atenção" nos primeiros dois exemplos pressupõe que os ouvintes no mínimo não dão atenção a Deus e não querem contar com ele. A análise da situação no terceiro exemplo afirma que os ouvintes só desejam ouvir mentiras. O que se

(13) Como o legalismo se manifesta no diálogo polémico veja em Hans-Christoph Piper, "Theologische Perspektiven und Erfahrungen im Clinical Pastoral Training", em: Wege zum Menschen, 1972/2-3, pág. 97.

verifica nestes três exemplos não é raro em prédicas evangélicas. O ouvinte se encontra em muitas prédicas em uma situação pouco agradável.

Onde estão os motivos para este fenômeno? Eu quero citar aqui mais uma vez Hans-Christoph Piper. Partindo de observações feitas em seus cursos, ele escreveu: “Nós escutamos o que **queremos** escutar, nós compreendemos o nosso parceiro de diálogo como **queremos** compreendê-lo, nós o trazemos para o nosso mundo e o vemos ali onde queremos vê-lo” (14). O pastor tem dificuldade de ver os seus ouvintes assim como são. Por isso, na tentativa de definir, no preparo da prédica, quem serão os endereçados de sua mensagem, ele não raras vezes os vê, como quer vê-los. Para o ouvinte isto, porém, significa: o ouvinte que é mencionado na prédica nem sempre é o ouvinte que está a escutá-la. Ele se sente, porém, obrigado a desempenhar durante os 15 minutos da prédica o papel deste ouvinte fictício e mal intencionado. Em última análise isto quer dizer: o ouvinte na prédica é manipulado. Ele é conduzido a uma posição que não é a sua. E uma vez fixado a um certo papel, é convidado a ouvir o Evangelho. Antes que o Evangelho pudesse se expressar, julgando e libertando o ouvinte real, o ouvinte já está julgado pelo pregador.

Eu coloco como tese que a manipulação do ouvinte é na prédica evangélica um fenômeno freqüente. Para os efeitos da prédica isto, porém, significa: o Evangelho não só deixa de atingir o ouvinte por causa do seu ‘coração endurecido’ (15), mas porque o próprio pregador não permitiu que o ouvinte real tivesse a liberdade de se aproximar do Evangelho. Um ouvinte fictício não pode ganhar nova vida. Se a tarefa do pregador na prédica consiste em aproximar o texto do ouvinte, então também é tarefa do pregador na prédica de dar permissão ao ouvinte real de se aproximar do Evangelho. Onde isto não ocorrer, o legalismo estará impedindo que ouvinte e Evangelho se encontrem. Eu creio que o que mais impede que o pregador veja o ouvinte real, é o seu quadro eclesial de referências, a partir do qual as pessoas são classificadas de saída como aquelas que vão ao culto ou não vão, que são engajadas e participam ou não. Que a partir desta classificação das pessoas — que sempre é uma forma de manter o domínio sobre elas — elas não podem ser vistas como pensam e são, deve ser compreendido.

Um segundo caso, que eu quero mencionar, e que torna o papel do pregador como anunciador do Evangelho problemático, está relacionado com a ligação do pregador à sociedade em que vive. Maletzke, em seu diagrama sobre o fenômeno da comunicação, menciona que cada comunicador se encontra sob a pressão dos ouvintes. O que significa isso para a sua tarefa de proclamador do Evangelho? Hans-Dieter Schneider publicou em 1969 um artigo,

(14) Hans-Christoph Piper, “Perspektiven klinischer Seelsorge”, em: *Perspektiven der Pastoralpsychologie*, editado por Richard Riess (Göttingen, s. d.), pág. 145.

(15) Hans-Christoph Piper, “Clinical Pastoral Training”, em: *Sozialpädagogik*, 1972/2, pág. 67.

indagando sob que condições a prédica dominical pode mudar as posições dos ouvintes (16). A sua argumentação é convincente: cada ouvinte pertence a um grupo da sociedade, que possui um sistema de valores próprios. Para poder continuar a pertencer ao grupo, o ouvinte precisa continuar a compartilhar dos valores do grupo ao qual ele pertence. Uma vez que os valores do Evangelho nem sempre são semelhantes aos valores dos grupos aos quais os ouvintes pertencem, para o efeito da prédica isto significa: dificilmente, e só a longo prazo, a prédica pode conseguir uma modificação do comportamento e posicionamento dos ouvintes que estão integrados em um grupo com normas próprias. O grupo exerce pressão sobre os seus membros. Eu tento aplicar o que Hans-Dieter Schneider escreveu em relação ao ouvinte, agora, à pessoa do próprio pregador. Também o pregador pertence a uma comunidade que está imbuída de certos valores. E também para o pregador vale: Se ele quiser continuar a viver integrado na comunidade, ele precisa aceitar os seus valores e atuar conforme os valores que ela defende. É um fato conhecido que estudantes, durante os anos de estudo, são críticos e muitas vezes revolucionários. Quando passam a trabalhar em uma comunidade não raro lhes é feita a acusação de se terem acomodado. Os seus críticos os acusam então de falta de coerência. Tudo depende, porém, da perspectiva a partir da qual se observa o fenômeno. Para uns é falta de coerência, para os atingidos é uma questão de sobrevivência e aceitação na nova comunidade em que vivem.

Se o pregador não quiser se isolar, se não quiser que entre ele e a comunidade surja uma barreira que dificulte a comunicação, terá que se conformar com os valores da sociedade local. Pesquisas da expectativa do ouvinte diante da prédica demonstram que em um campo poucos ouvintes dão competências ao pregador: ele não deve expressar as conseqüências políticas do Evangelho em sua prédica. A sua prédica deve ser a-política (17). É este um dos lugares onde o pregador sofre pressão por parte da comunidade em que vive. É aqui que surge, então, o problema do pregador na prédica. Pois o Evangelho tem uma dimensão política. A Palavra de Deus também é lei que destampa as situações de injustiça e as declara de situações de pecado. É a Palavra de Deus, que anuncia que todas as situações de injustiça hão de passar, ativa o homem a já hoje fazer o possível. Como, porém, verbalizar esta dimensão política do Evangelho, quando se vive entre irmãos que desejam conversar o presente e afirmam que o mundo em que vivemos é um mundo que é bom para todos? Eu pessoalmente creio que o pregador só será capaz de vencer esta pressão se estiver relativamente convicto que a promessa do Reino de Deus habilita e convoca para a participação responsável na construção de uma sociedade um pouco mais justa. Somente assim terá a força de fazer

(16) Hans-Dieter Schneider, "Unter welchen Voraussetzungen kann Verkündigung Einstellungen ändern?", em: *Pastoraltheologie* (Göttingen, 1969), págs. 246-257.

(17) Para ter uma impressão da expectativa de leitores evangélicos frente a um jornal evangélico confira o artigo: "Agradar gregos e troianos" de Jost Ohler, *Jornal Evangélico*, 1975, 1.ª quinzena de janeiro, pág. 5.

frente à pressão de uma sociedade que deseja que a prédica seja uma prática da Igreja com o alvo de estabilizar o que sempre já existe. Penso, porém, que com o tempo o pregador só manterá esta posição de liberdade, se tiver nesta comunidade amigos que compartilham dos mesmos valores que ele.

Se o problema humano, que a dimensão crítica e ativadora do Evangelho sempre significam para o pregador, for satisfatoriamente solucionado, o problema do pregador na prédica consiste, porém, em descobrir como expressar esta dimensão do Evangelho: a) sem convidar para uma atividade meramente caritativa, b) sem exigir do ouvinte o impossível. Eu cito como exemplo do segundo caso uma prédica, em que o pregador inicia a sua pregação explicando o que é 'paz': "Paz... isto significaria que os exércitos no ocidente e no oriente enterrariam as suas armas, e não só as usadas. Paz: isto incluiria que pretos e brancos poderiam viver sob o mesmo teto; isto significaria que nós, os ricos, dividiríamos a nossa riqueza com os pobres deste mundo e não só daríamos esmolas". E o pregador termina a prédica: "Se nós vivermos a partir de Jesus, teremos que ser instrumentos da paz que não descansam até que quem tem fome tenha o que comer, aos pobres seja feita justiça e as armas sejam destruídas". O pregador falou, e esta me parece ter sido até certo ponto a parte mais fácil do empreendimento. Mas o ouvinte ficou sozinho com uma imensa tarefa pela frente.

Este é o dilema do pregador na prédica que expressa a dimensão política do Evangelho. Se uma vez venceu a pressão de acomodar às expectativas dos ouvintes e ficar devendo com isso uma dimensão do Evangelho, como por outro lado chamar para a ação, sem exigir o impossível? Sem fazer do Evangelho uma ideologia da transformação? Este é um dos problemas que pessoalmente considero difícil de ser solucionado. De uma coisa estou convencido: todo o apelar para a ação só é evangélico se apontar para ações práticas para os ouvintes. Pois o Evangelho não exige o impossível. Ele habilita para o fazer do que é necessário e pode ser feito. O resto é obra de Deus. Não se trata então só de silenciar ou falar, mas de encontrar a forma evangélica de expressar a dimensão política do Evangelho, de modo que a consciência do ouvinte seja tocada, a resignação vencida e a vontade ativada para a concretização do necessário e do possível. Também nesta forma o Evangelho poderá se tornar incômodo para o pregador e os ouvintes. Será, então, porém, uma consequência da prática do Evangelho. E o pregador não estará ficando devendo uma dimensão do Evangelho.

O pregador deseja ser servo da Palavra de Deus, deseja proclamar uma verdade transsubjetiva. Esta é a sua incumbência. No anúncio desta Palavra é, porém, condicionado pela estrutura de sua personalidade e pelo fato de pertencer a uma sociedade que exerce pressão sobre ele. Ele quer testemunhar o que aconteceu, dentro da transmissão do que escutou existem, porém, elementos pessoais que agridem o ouvinte e determinam o Evangelho, deturpando-o ou encurtando-o. Normalmente o pregador não se dá conta destes fatos. Uma vez, porém, feita a pergunta, como os ouvintes

tes se sentiram durante a prédica, as emoções despertadas se tornam visíveis. O pregador se conscientiza de aspectos da prédica que cortam a comunicação com o ouvinte e que se originam em sua própria pessoa. Normalmente o pregador também não examina os alvos da prédica teologicamente. Assim se torna mais fácil esquecer inconscientemente uma dimensão do Evangelho.

O pregador: **proclamador de uma mensagem transsubjetiva — ou comunicador que determina a mensagem e os seus endereçados?** Esta a indagação que resta. Uma pergunta que não quero excluir aqui é se a tarefa da pregação não é já tão difícil que não deveria ser dificultada ainda mais com observações voltadas para a própria pessoa do pregador que parecem ter tendência psicologizante. A resposta que posso dar é esta que é só o pregador se apercebendo das eventuais tendências de sua personalidade e de eventuais pressões que sofre, que poderá tentar evitar que Evangelho e ouvinte sejam manipulados por ele, não observando assim a liberdade que Deus sempre tem diante dele e também o ouvinte. Tarefa da teologia aplicada também é analisar se a prédica através da Igreja e seus pregadores ainda é prática do Evangelho.

III

Partindo das observações feitas na parte anterior, quero enumerar alguns pensamentos que poderão ser considerados na elaboração de uma prédica. Quero iniciar com uma observação de caráter geral: é necessário que o pregador se conscientize do alto grau de subjetividade que uma prédica em regra contém. Wolfgang Trillhaas pergunta: “A prédica real da igreja evangélica corresponde à elevada definição que dela se dá?” E ele continua: “Ela não desmascara, pelo contrário, como uma terrível ilusão a definição que atualmente dela se dá?” (18) Eu penso que Trillhaas tem razão. É preciso aprender a ver a prédica real com mais realismo e não se esquivar de seu aspecto humano. Para o pregador isto quer dizer: o pregador precisa se conscientizar que também ele introduz no ato da prédica fatores pessoais que determinam o seu conteúdo. Um método, através do qual o pregador aprende a ver como fatores pessoais determinam a prédica, é o praticado nos cursos de clínica pastoral. Após leitura da prédica no grupo, os participantes respondem a duas perguntas: 1. Como você se sentiu durante a prédica? 2. Qual foi a mensagem que você escutou? Através deste feed-back o pregador tem a chance de ouvir em um grupo pequeno, quais foram os sentimentos que a sua prédica despertou e se conseguiu comunicar a mensagem que quis transmitir. A longo prazo aprende a ver quais os aspectos pessoais que introduziu no ato da prédica, que dificultaram a transmissão da mensagem, e aprende a evitá-los.

(18) W. Trillhaas, “Die wirkliche Predigt”, em: *Wahrheit und Glaube* (Itzenhoe, 1963), pág. 194. Citado em Manfred Josuttis, “Homiletik und Rhetorik”, em: *Pastoraltheologie* (Göttingen, 1968), pág. 523, nota 52.

Quero agora enumerar três pensamentos que poderão nortear-nos em nosso preparo da prédica:

1. Também tentando evitar introduzir elementos pessoais na proclamação do Evangelho, a nossa compreensão do Evangelho sempre estará aquém do próprio Evangelho (19). O Evangelho transcende a experiência pessoal e limitada que sempre já tenho com ele e não se limita a ela. O Evangelho é mais do que eu em minha restrição já sempre dele entendi. Para a prédica isto significa: O pregador tem que começar a dizer eu na prédica. Ele tem que aprender a ver as diferenças do seu modo de pensar do modo do **Evangelho** ver as coisas, e não encobrir estas diferenças; não submeter o Evangelho à sua opinião pessoal e, assim deturpado, transmiti-lo aos seus ouvintes. Quem diz eu aponta para o fato que aqui uma pessoa está tentando dizer o Evangelho e sublinha deste modo que o Evangelho é sempre mais do que eu já hoje dele entendi, e assim está dando liberdade a Deus.

2. Quem diz eu também está dando liberdade ao ouvinte. O pregador tem que aprender que não pode identificar mais tão facilmente a sua concepção do ouvinte com o modo como o ouvinte mesmo se vê. Ele tem que aprender que o ouvinte é sempre diferente do que ele próprio. Para a prédica e as análises da situação nas prédicas isto significa: O pregador não pode dizer mais tão rapidamente nós. Por exemplo: "Nós não cremos mais em Deus." "Nós somos passivos." Se na igreja estão aqueles, cuja situação é assim bem definida, estão ali também os que **contam** com Deus e são ativos. O **nós** é não raras vezes — principalmente em análises de situação — uma forma de opressão, de manipular os ouvintes, de projetar uma opinião pessoal sobre eles, sem ter que dizer eu: Eu não conto mais com Deus, eu sou passivo. O **nós** não respeita a liberdade do outro. O **nós** tem a tendência de ser antidemocrático. É uma forma autoritária de lidar com o ouvinte em um tipo de comunicação unilateral, em que um fala e o outro só tem a possibilidade de silenciar. A outra alternativa que lhe resta é a de no futuro não se submeter mais a esta prática do Evangelho que contém nítidas tendências de manipulá-lo (20).

3. Se o uso do eu pode realçar que o Evangelho sempre é mais do que eu dele já entendi, e se o evitar do nós pode quebrar a manipulação e levar ao respeito diante do ouvinte, então a conscientização do pregador acerca dos alvos de sua prédica dominical pode ajudá-lo a apresentar uma prédica de caráter evangélico. Se o condicionamento humano do pregador o leva a confundir o Evangelho com elementos pessoais, então é, a meu ver, a não consideração da teologia sistemática que mais lhe facilita esta identificação. A análise da prédica da atualidade mostra que o texto não garante necessariamente o caráter evangélico da prédica. No passo do texto para a verbalização da verdade deste texto para o presente ocorre muitas vezes o fenômeno da deturpação da mensagem

(19) Confira Manfred Josuttis, *Praxis des Evangeliums*, o. c., pág. 86.

(20) Quanto ao uso do nós confira Rudolf Bohren, *Predigtlehre*, págs. 408-410. Manfred Josuttis, *Praxis des Evangeliums*, pág. 84.

que ele contém. Só o controle teológico-sistemático dos alvos da prédica pode garantir que a prédica mantenha o seu caráter evangélico.

A pergunta que surge é naturalmente esta, se a teologia do pregador não é também um produto da sua estrutura pessoal, do seu condicionamento social, da sua posição política. Isto é: se o pregador adota uma teologia porque vai de encontro às suas aspirações pessoais, ou se a sua teologia é um resultado do seu diálogo constante com a Palavra testemunhada nas Sagradas Escrituras. Eu penso que isto não pode ser esclarecido tão rapidamente. As últimas intenções que levam alguém a adotar uma posição teológica só podem ser descobertas através de um longo diálogo, em que o teólogo mesmo é colocado debaixo da lei que revela os motivos últimos da adoção de sua teologia. Em todo o caso: A negligência no uso da teologia sistemática leva o pregador a desconsiderar o instrumento decisivo para controle dos alvos da prédica. Só através deste controle é que o pregador poderá evitar que concepções próprias se tornem critério para aquilo que é evangélico. Eu cito neste contexto um não-teólogo, Nelson Werneck Sodré, que escreveu em relação à fase final do Movimento Modernista, no Brasil o seguinte: "Chegáramos à etapa em que podíamos distinguir no pensamento exterior a contribuição que a todos é útil, sem abandonarmos o traço próprio" (21). Traduzindo para o nosso tema eu diria: Ninguém nos pode livrar de descobrirmos o "traço próprio" de nossa prédica, a verdade de um texto bíblico para a situação e o mundo em que vivemos. Descoberto o "traço próprio", a teologia proveniente da Reforma sempre me parece oferecer ainda critérios úteis que continuam válidos também para nós em nossa situação, para avaliar a nossa prédica e garantir o desenvolvimento evangélico da verdade a ser proclamada.

O problema do pregador na prédica: Proclamador de uma verdade transsubjetiva ou comunicador que está bem presente na prédica, determinando o seu conteúdo e seus efeitos? Eu tentei mostrar algumas dimensões deste problema. Procurei apresentar algumas sugestões onde vejo possibilidades de se evitar que determinantes pessoais determinem a prédica e através dela o Evangelho e o ouvinte. A prédica, o que afinal ainda é?

É uma prática do Evangelho através de pessoas humanas, e como tal se encontra sob a promessa.

(21) Nelson Werneck Sodré, *História da literatura brasileira* (Rio de Janeiro, 4.^a ed., 1964), pág. 532.